

O GOVERNO DÁ CABO DA SAÚDE DOS PORTUGUESES

Resultam da política que tem vindo a ser desenvolvida pelos sucessivos Governos PS/PSD/CDS:

O elevado nível do desemprego; a redução dos rendimentos das/os trabalhadoras e reformadas/os; o brutal e aumento de todos os impostos, das rendas e

dos bens e serviços essenciais; a redução do poder de compra; o aumento da pobreza; o ataque acentuado a todas as Funções sociais do Estado com a diminuição de todas as prestações sociais e da própria oferta de serviços; A deterioração progressiva da economia.

As consequências da política do actual Governo PSD/CDS-PP têm uma forte repercussão na vida das pessoas e na sua própria saúde!

OS CORTES NA SAÚDE SÃO DESUMANOS E IMORAIS

O Governo despreza totalmente a evidente necessidade de tomar medidas no Serviço Nacional de Saúde para criar maior capacidade de resposta e reduzir os custos para os utentes.

Continua a alimentar o sector privado e degradar o Sistema com cortes arbitrários, ainda espalhando a incerteza e desmotivação dos seus profissionais ao desrespeitar e até anular os seus direitos fundamentais.

Sabia que os cortes realizados foram superiores aos estabelecidos no memorando da Troika (acordado com o PS, PSD e CDS-PP)?

A redução dos custos na saúde é feita sobretudo à custa dos trabalhadores e da população. São exemplo: o aumento das taxas moderadoras e as maiores restrições à sua isenção; a chamada reorganização da rede hospitalar que, no essencial, significa menor acesso aos utentes; a falta de resposta nos cuidados paliativos; o aprofundamento das desigualdades no acesso aos cuidados de saúde primários; o congelamento da introdução de novas tecnologias, designadamente medicamentos inovadores, pondo em causa a muitos doentes o tratamento mais adequado; a falta de material básico em diversas unidades de saúde.

Na área metropolitana de Lisboa, 30% das pessoas com mais de 65 anos de idade reduziu o acesso aos cuidados de saúde e deixou de tomar os medicamentos por razões económicas.

A SAÚDE NÃO PODE SER UM NEGÓCIO!

A saúde é um negócio para o sector privado e para os últimos governos.

Nesta perspectiva foram vendidos em Lisboa: O Hospital de Santa Marta, o de São José, o dos Capuchos e o Hospital Miguel Bombarda por mais de 111 milhões €, com a promessa sucessivamente adiada da construção do Centro Hospitalar Lisboa Oriental (que constituiria mais uma das Parcerias Público Privadas que são um desastre para o país). Entretanto fazem-se projectos para que aí se construam hotéis, habitações e serviços onde vai funcionar a especulação imobiliária.

Paralelamente desmembra-se e pretende-se encerrar a Maternidade Alfredo da Costa, o Instituto O. Gama Pinto e o Pulido Valente. Encerram-se extensões de centros de saúde, reduzem-se especialidades clínicas em grandes hospitais como o Curry Cabral, Pulido Valente ou Santa Maria. Desarticulam-se, encerram-se especialidades e urgências, reduzem-se o número de camas, degradam-se os seus serviços.

O ACTUAL GOVERNO PERDEU TODA A LEGITIMIDADE E É UM PERIGO PARA A SAÚDE PÚBLICA!



PLATAFORMA LISBOA EM DEFESA DO SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE (SNS)

A convergência no protesto e luta entre os profissionais de saúde e as populações é essencial!

O SNS é um direito fundamental da Constituição da República Portuguesa, constituindo um factor determinante na construção da coesão social, tendo por isso de assentar na promoção da saúde, na prevenção da doença e nos cuidados de proximidade.

A Plataforma Lisboa em Defesa do SNS reclama:

- A efectiva separação entre o sector público e privado;
- Uma melhor gestão que não afecte o princípio de equidade e o pleno acesso das pessoas a cuidados de saúde;
- Uma política de diálogo com diferentes organismos, com os profissionais de saúde e seus representantes e com os cidadãos;
- O fim das Parcerias Público Privadas (PPP);
- A redução dos custos com a saúde pelos portugueses;
- A suspensão da decisão de encerramento da MAC;
- Meios humanos, técnicos e financeiros que assegurem o acesso a cuidados de saúde de qualidade;
- Serviços com mais capacidade de resposta e mais próximos das populações com medidas de reforço dos meios dos Cuidados de Saúde Primários (CSP);
- Uma política do medicamento que garanta o acesso a todos os utentes do tratamento adequado, inclusive os medicamentos inovadores para certas doenças crónicas;
- A dignificação das carreiras e políticas remuneratórias e da segurança de emprego de todos os trabalhadores do sector da saúde.

O SNS não é responsável pela crise e pela recessão da economia, é um factor de progresso!

O SNS é um dos pilares fundamentais do Estado social e um factor determinante da coesão social.

PLATAFORMA LISBOA EM DEFESA DO SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE (SNS)

Comissão de Utentes da Cidade de Lisboa, Direcção Regional de Lisboa do Sind. Enfermeiros Portugueses, Movimento Democrático de Mulheres, FARPIL / MURPI – Federação das Associações e Organizações de Reformados, Pensionistas e Idosos do Distrito de Lisboa, Movimento de Utentes dos Serviços Públicos, Sind. Médicos da Zona Sul, Sind. Trab. das Funções Públicas e Sociais do Sul e Regiões Autónomas, União dos Sindicatos de Lisboa - CGTP-IN.

